



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, visando atender as demandas do Centro de Especialidades Odontológicas e das unidades básicas de saúde do município de Pitimbu-PB.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QUANT.	V. UNIT	TOTAL
1	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: LIMPEZA DO SUGADOR E LUBRIFICAÇÃO, E/OU CORRETIVA: REPARO NA MANGUEIRA, TROCA DA VÁLVULA E CONserto DA PLACA, EM CADEIRA ODONTOLÓGICA – COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL.	UNID	10	R\$ 550,00	R\$ 5.550,00
2	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA: LUBRIFICAÇÃO, TROCA DE ROLAMENTO E CONEXÕES EM CANETA DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO E MICROMOTOR, REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL.	UNID	10	R\$ 220,00	R\$ 2.200,00
3	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: LIMPEZA DO FILTRO E DRENAGEM DA ÁGUA, E/OU CORRETIVA: TROCA DOS ANÉIS, PRESSOSTATO, DRENO E BIOLA, TROCA DE FILTRO, TROCA DE CONEXÃO, REPARO/TROCA DE PEÇAS DANIFICADAS, LUBRIFICAÇÃO, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL EM COMPRESSOR ODONTOLÓGICO.	UNID	10	R\$ 550,00	R\$ 5.550,00
4	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: LIMPEZA, E/OU CORRETIVA: TROCA DA VÁLVULA E DESENTUPIMENTO, TROCA DE CONEXÕES EM CUSPIDEIRA – COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL.	UNID	10	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00
5	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: LUBRIFICAÇÃO E AJUSTE, E/OU CORRETIVA: TROCA DA VÁLVULA, EM EQUIPO ODONTOLÓGICO – COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL.	UNID	10	R\$ 310,00	R\$ 3.100,00
6	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM MANGUEIRA SERINGA TRIPLICE: LUBRIFICAÇÃO, CORREÇÃO DE ENTUPIMENTO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL	UNID	10	R\$ 290,00	R\$ 2.900,00
7	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM ULTRASSOM ODONTOTOLÓGICO: LUBRIFICAÇÃO, CORREÇÃO DE ENTUPIMENTO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL	UNID	10	R\$ 420,00	R\$ 4.200,00
8	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM ULTRASSOM ODONTOTOLÓGICO: LUBRIFICAÇÃO, CORREÇÃO DE ENTUPIMENTO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL	UNID	10	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
9	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: TROCA DA FIAÇÃO, E/OU CORRETIVA: TROCA DA LÂMPADA E DA FIAÇÃO, EM REFLETOR ODONTOLÓGICO – COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL.	UNID	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
10	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: TROCA DA FIAÇÃO, E/OU CORRETIVA: TROCA DA LÂMPADA E DA FIAÇÃO, EM REFLETOR ODONTOLÓGICO – COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL.	UNID	10	R\$ 950,00	R\$ 9.500,00
11	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: INSTALAÇÃO, REFORMA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA DA CADEIRA MOCHO, TROCA DE PISTÃO A GÁS, MANUTENÇÃO DO ENCOSTO E DO ASSENTO E DA BASE GIRATÓRIA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO	UNID	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

GERAL.					
12	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA DO COMPRESSOR ODONTOLÓGICO, TROCA DE FILTRO, TROCA DE CONEXÃO, REPARO/TROCA DE PEÇAS DANIFICADAS, LUBRIFICAÇÃO, INCLUINDO REVISÃO GERAL.	UNID	10	R\$ 550,00	R\$ 5.550,00
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: MANUTENÇÃO PREVENTIVA: LUBRIFICAÇÃO, TROCA DE ANEL DE VEDAÇÃO, GRADE E CONEXÕES E/OU CORRETIVA PARA AUTOCLAVE INCLUINDO REPARO/TROCA DE PEÇAS DANIFICADAS, INCLUINDO REVISÃO GERAL.	UNID	10	R\$ 480,00	R\$ 4.800,00
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: MANUTENÇÃO PREVENTIVA: LUBRIFICAÇÃO, TROCA DE CONEXÕES, REPARO DE PEÇAS DANIFICADAS E/OU CORRETIVA: REPOSIÇÃO DE PEÇAS DANIFICADAS PARA AMALGAMADOR, INCLUINDO REVISÃO GERAL.	UNID	10	R\$ 780,00	R\$ 7.800,00
TOTAL ESTIMADO				R\$ 61.000,00	

1.2. Legislação:

Conforme disposições do inciso II e do parágrafo 3º, ambos do artigo 75 da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 097/2024, a Prefeitura Municipal de Pitimbu-PB, faz saber que está em andamento um processo de compra direta por dispensa de licitação, conforme segue:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras (*vide Decreto Federal n.º 12.343/2024*).

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Para a contratação:

2.1.1. As manutenções preventivas e corretivas de equipamentos odontológicos são práticas importantes para manter o funcionamento dos equipamentos com um alto nível de desempenho, o que garante o melhor tratamento possível para os pacientes/usuários que são atendidos no Centro de Especialidades Odontologias e nas Unidades Básicas de Saúde – UBS's do município.

Devido ao uso constante, é comum que os equipamentos sofram desgastes, como falta de lubrificação, oscilação na pressão, oscilação de temperatura, entupimentos e vazamentos, os quais podem representar grandes problemas durante os atendimentos/tratamentos.

Conforme a Resolução RDC nº 15 de março de 2012, se faz necessário que os requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde, levando em consideração que sua utilização em procedimentos invasivos, entram em contato com a pele e mucosas.

Ao decidir entre a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos deve-se levar em conta as características desses equipamentos, bem como, os custos envolvidos nessas operações, pois a compra de equipamentos odontológicos em geral resulta em um alto volume de gastos, tornando necessário preservar o investimento e possíveis descartes desnecessários.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

Para determinar a escolha, leva-se em consideração a identificação do melhor custo-benefício para os regimes de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos.

A qualidade e o adequado funcionamento dos equipamentos utilizados no Centro de Especialidades Odontológicas e nas Unidades Básicas de Saúde – UBS's, são imprescindíveis para o correto andamento das atividades desenvolvidas por esta secretaria. Com esta preocupação, e considerando a grande demanda de atendimentos odontológicos realizados, torna-se necessário que estes equipamentos sejam periodicamente revisados e reparados com o máximo de rapidez quando houver necessidade. Por este motivo é imprescindível um serviço contínuo de manutenção preventiva e corretiva dispondo da mão de obra especializada necessária, ferramentas e peças, considerando o caráter contínuo desta demanda.

A contratação tem por objetivo, atender as necessidades estruturais indispensáveis, no que diz respeito às atividades na área da saúde odontológica municipal, ressaltando que, a inexistência de um programa de manutenção preventiva e corretiva, acarretará uma drástica diminuição da vida útil dos equipamentos, além da interrupção da continuidade dos atendimentos ao público, bem como, acarretando em novas aquisições de equipamentos, podendo causar futuro prejuízo a municipalidade.

2.2. Para a estimativa de quantitativos:

2.2.1. As quantidades estimadas para a realização deste processo foram baseadas em levantamento feito pela coordenação de Saúde Bucal e das Unidades Básicas de Saúde do município, considerando todos os equipamentos existentes, o tempo de uso dos equipamentos, as intercorrências ocasionadas durante o uso normal dos equipamentos, e a necessidade de realização da prevenção de danos aos equipamentos a serem realizados ao longo do ano. As quantidades são para atender as necessidades da Administração e manter os equipamentos em pleno funcionamento por um período de 12 (doze) meses.

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de Pitimbu, observando o disposto no art. 141 da Lei Federal nº. 14.133/21.

3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável em especial a IN/RFB n.º 1234/2012, alterada pela IN/RFB n.º 2145/2023 e alterações posteriores.

3.2.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, ressalvado o caso previsto no art. 17, XII da Lei Complementar n.º 123/2006. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.3 - O pagamento será feito mediante transferência ou cheque nominal do Banco do Brasil ou outra instituição bancária da contratante.

3.4 - O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

3.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

3.6 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(Tx/100)}{365}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

4. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO, VIGÊNCIA, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA.

4.1 O início da execução será 24 (vinte e quatro) horas, após a assinatura do Contrato.

4.2 A execução se dará após a celebração de instrumento contratual que terá como prazo de vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e outras despesas que não seja o proposto pela empresa vencedora.

4.4. Os serviços serão acompanhados pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. A prestação do serviço provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DA PESQUISA DE PREÇOS

5.1. Para dar início ao presente processo administrativo, a Administração procedeu à cotação de preços dos produtos para obter o menor valor para contratação: **Valor: R\$ 61.000,00 (Sessenta e um mil reais) estimado.**

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes dessa contratação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício 2025, conforme abaixo:

2270 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

2270.10.301.2043.2446 - MANUT.DAS AÇÕES E SERV. PÚBLICOS LIGADOS À SAÚDE

2270.10.301.2042.2593 - MANUTENÇÃO DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA-ATENÇ

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

7. DA BUSCA POR PROPOSTAS ADICIONAIS MAIS VANTAJOSAS:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

7.1. Visando cumprir o §2º do art. 21, do Decreto Municipal n.º 097/2024, a municipalidade antes de proceder à contratação de qualquer empresa fará publicar no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Pitimbu e site oficial aviso de dispensa, este termo de referência, modelo de proposta e relação de documentos de habilitação para que empresas interessadas possam, no prazo de 03 (três) dias úteis possam apresentar suas propostas orçamentárias.

7.1. Visando cumprir o §2º do art. 21, do Decreto Municipal n.º 097/2024, a municipalidade antes de proceder à contratação de qualquer empresa fará publicar no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Pitimbu e site oficial aviso de dispensa, este termo de referência, modelo de proposta e relação de documentos de habilitação para que empresas interessadas possam, no prazo de 03 (três) dias úteis possam apresentar suas propostas orçamentárias.

7.2 O critério de julgamento da proposta será pelo **menor preço GLOBAL**.

7.3. Objetiva-se assim, a busca por propostas mais vantajosas à administração municipal, desde que as empresas atendem aos requisitos exigidos para o fornecimento dos produtos e após, apresentem os documentos necessários de habilitação.

7.4. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente aviso com uma nova data;

b) valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

7.5 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

7.6 As providências das alíneas "a" e "b" acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

8.1. As propostas poderão ser encaminhadas ao Setor de Licitação através do e-mail licitacaopmpb2021@gmail.com ou entregues pessoalmente mediante protocolo no endereço Rua João Bispo, N° 117, bairro: Centro – CEP: 58.324-000 – Pitimbu-PB. Até o dia 09/06/2025 as 14h:00min.

9. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO:

9.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a). No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b). No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

b.1). Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

c). No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

d). No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) emitido em até 90 (noventa) dias anterior a data da abertura dos envelopes;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- e) Prova de Regularidade através da apresentação de certidão negativa da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho conforme dispõe o art. 3º da Lei 12.440/2011.

9.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata/Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso não conste prazo de validade da certidão, serão aceitas certidões emitidas nos últimos 90 (noventa) dias antes da data da sessão de abertura da licitação, descrita no preâmbulo do Edital.
 - a.1). Caso a referida certidão não abranja o Processo Judicial Eletrônico, e este já for instalado na Comarca, sede da pessoa jurídica/física, deverá a empresa licitante, ainda, comprovar sua qualificação econômico-financeira também através desta certidão, pois a mesma abrange os processos judiciais eletrônicos.

9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.4.1 Comprovação de que possui em seu quadro, Profissional técnico em refrigeração ou equivalente, devidamente registrado no CREA ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais).

9.4.1.1 A comprovação exigida acima dar-se-á através da apresentação de cópia de carteira de trabalho do profissional que comprove a condição de que pertence ao quadro da licitante, de contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional ou contrato de prestação de serviços.

9.4.2 Pelo menos um atestado de capacidade técnica que comprove a empresa já ter contratado com órgão (s) público (s) ou privado (s) com especificações compatíveis com o objeto licitado em papel timbrado contendo, endereço, fone/fax, assinado e rubricado **por pessoa competente, em especial:**

- **Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos.**

Parágrafo primeiro: entendem-se como pessoa competente, sócios, ordenador de despesa, secretários, diretores ou Dirigentes.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

10.1 O Contratado obriga-se a:

10.2 O Contratado deve cumprir todas as obrigações neste Termo de Referência e proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

- 10.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 10.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas nesta minuta de contrato;
- 10.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 10.8. Permitir e facilitar a fiscalização do Contratado devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 11.1 A Contratante obriga-se a:
- 11.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 11.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 11.4. Emitir requisição de ordem de compra, através do servidor responsável.

12.0. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

- 12.1. Os preços contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano.
- 12.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.
- 12.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

13.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

- 13.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- f) Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 - A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa nos termos dos arts. 157 e 158 da Lei Federal n.º 14.133/21, pelas infrações administrativas previstas neste contrato:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3 - Na aplicação das sanções serão considerados o disposto no art. 156, § 1º da Lei Federal n.º 14.133/2021:

14.4 A sanção prevista na alínea "a" do subitem 14.2 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no subitem 14.1 alínea "a", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.5 A sanção prevista no subitem 14.2 "b" será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 14.1.

14.6 A sanção prevista no subitem 14.2 "c" será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", do subitem 14.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de 2 (dois) anos.

14.7 A sanção prevista no subitem 14.2 "d" será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "f", "g", "h", "i", "j" do subitem 14.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos "b", "c", "d", "e", do subitem 14.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 14.8, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano.

14.8 A sanção estabelecida na alínea "d" subitem 14.2 será precedida de análise jurídica e observará o disposto no § 6º do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.9 As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 14.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do subitem 14.2.

14.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITIMBU

14.11 A aplicação das sanções previstas no **subitem 14.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

15.1 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \left(\frac{T_x}{100} \right) \times \frac{N}{365}$$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

16.1. INTEGRAM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, O SEGUINTE ANEXO:

ANEXO I - Modelo de Proposta de Preços;


ANEXO II – Minuta do Contrato;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

ASSINATURA DO REQUERENTE

Pitimbu-PB, 19 de maio de 2025.


MICHELLE BATISTA DOS SANTOS BARBOSA
Secretária Municipal de Saúde